

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**A CONDIÇÃO HUMANA NA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.**

**MANAUS  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**A CONDIÇÃO HUMANA NA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial de avaliação da disciplina A cidade e o urbano, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga.

**MANAUS  
2017**

## A CONDIÇÃO HUMANA NA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.<sup>1</sup>

Iná Isabel de Almeida Rafael<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo é resultado de reflexões a respeito de algumas teorias das cidades. Ele tem como objetivo principal exercer uma reflexão a cerca da cidade como “lugar” passível de revelar alguns aspectos da condição humana. Aqui, a cidade, através de seus espaços públicos, é entendida como representação, que tem, dentre outras, a função de evidenciar a necessidade de sociabilização, o alargamento de relações afetivas, a legitimação da identidade social, a transformação econômica e a formação profissional/ocupacional do homem. A base teórica sustenta-se nos autores Park (1967) e Munford (2004), além de outros de igual contribuição. Esses teóricos nos possibilitam percorrer panoramicamente o período de formação da cidade, desde a sua criação até a contemporaneidade, percurso importante a quem pretende compreender algumas condições próprias da natureza humana por meio do viver urbano.

**Palavras-chave:** Cidade. Espaços públicos. Condição humana.

### 1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Pensar em um conceito único de cidade seria um trabalho demasiado estafante e difícil, senão empobrecedor. Isso porque cada campo do conhecimento cria um conceito a partir de seu ponto de vista, obviamente, desconsiderando outros. Então não pensemos em encontrar um conceito único e fechado de cidade, mas buscar em autores que se debruçaram sobre a investigação desde o surgimento dos primeiros aglomerados humanos até a atualidade. Porém, lembremo-nos de que a proposta deste estudo é apresentar panoramicamente, ou seja, por meio de uma amostragem de algumas fases históricas, como se deu o surgimento desse conceito e de como o percebemos hoje. Como nos apresenta Weber (1999, p. 408):

Pode-se tentar definir cidade de formas muito diversas. Apenas uma coisa tem em comum todas as definições: que se trata, em todo caso, de um assentamento fechado (pelo menos relativamente), um “povoado”, e não de uma ou várias moradias isoladas (...).

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como instrumento parcial de avaliação da disciplina A cidade e o urbano, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga, do Programa de Doutorado Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA.

<sup>2</sup> Discente do programa de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora de Língua Portuguesa e Literaturas. Contato: ina\_isabel2000@yahoo.com.br

A necessidade da espécie humana de se relacionar socialmente existe desde tempos remotos, essa necessidade aproximou os homens, a princípio por uma questão de sobrevivência, fazendo com que laços afetivos e sociais fossem sendo efetivados. Na contemporaneidade, essa mesma necessidade cria uma rede de relações que cumpre ainda o mesmo objetivo: o de se relacionar. As relações se fortaleceram, foram sendo transmitidas de geração a geração por meio da cultura. Mas não foi somente a relação entre os nossos antepassados que se desenvolveu, eles desenvolveram o espaço, de acordo com suas necessidades, talvez até na mesma proporção que seus laços afetivos. Isso porque a necessidade naquele momento era, primordialmente, ampliar as práticas de sobrevivência.

A modificação do espaço físico era inevitável. Por mais que culturas diferentes tenham se desenvolvido distintamente, as transformações físicas do lugar aconteceram paulatinamente, em consonância com a vivência e a necessidade humana da localidade. Pensar a cidade na atualidade nos faz considerar esse processo de aproximação que a própria condição humana demanda.

O desenvolvimento do espaço físico durante o longo transcorrer do tempo, daqueles tempos remotos à atualidade, possibilita-nos refletir a cerca da sua simbologia na sociedade atual. Se, antigamente, a necessidade de sobrevivência e a de se relacionar socialmente foi capaz de unir o homem em pequenos agrupamentos, pelo menos inicialmente em busca de necessidades comuns, a que podemos atribuir a criação dos espaços públicos atuais, produzidos pela mesma espécie?

## **2 UM PASSEIO PELA CIDADE**

Pela dificuldade de definição da cidade, pensemos em responder a alguns questionamentos: O que é cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidade preenche? Como não há uma definição que cubra todas essas questões, talvez fosse interessante tentar refletir sobre tais questões, a fim de tentar compreender a natureza da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e as que ainda podem ser invocadas, é o que nos sugere Munford (2004).

Antes de responder, lembremo-nos de que: “antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras;” e ainda num processo de investigação arqueológica que o autor

realiza, ele continua afirmando que “houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies humanas” (MUNFORD, 2004, p. 11). Percebemos que a tendência humana empurrou o homem para a busca de fixação, soterrando a faculdade de movimento, talvez em busca de um melhor abrigo e alimento.

E essa busca por fixação se dá por razões interessantes, uma vez que emerge da própria natureza humana. Isso porque o homem precisa de um lugar para acolhê-lo depois de morto, uma espécie de moradia permanente, um túmulo coletivo, como afirma o autor. Refletir a respeito disso faz-nos chegar à conclusão de que os primeiros a ter uma cidade foram os mortos. A cidade dos mortos antecede, assim, a cidade dos vivos.

Pensemos então que a “cidade” começou a existir a partir da necessidade de colocar os corpos dos mortos em uma caverna, uma cova, assinalada por um monte de pedras, uma espécie de túmulo coletivo, como nos sugere Munford (2004, p. 13):

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópoles em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim.

E mesmo antes de existir a cidade, o homem paleolítico procurava voltar a um lugar fixo, no caso, à caverna. A esse respeito temos provas de ocupação ou de visitação por aborígenes. Atraídos, quem sabe, pela necessidade de guardar alimentos, buscar construir relações afetivas com os demais de sua espécie. Quem sabe procurar no seu semelhante as suas próprias condições humanas. Uma vez que a relação dele com os selvagens não era suficiente para a construção de aglomerados humanos, cultura e o desenvolvimento de suas técnicas.

Para Munford (2004, p. 15) “(...) a caverna deu ao homem antigo sua primeira concepção de espaço arquitetônico, seu primeiro vislumbre da faculdade que tem um espaço emparedado de intensificar a receptividade espiritual e a exaltação emocional (...)”. Percebemos que, naquela época, já existiam as primeiras funções da cidade, mesmo naquelas estruturas simples, mesmo antes de começar a complexa associação da cidade.

Do período neolítico ao paleolítico, observamos o desenvolvimento do homem, o surgimento da aldeia, da cidade, da divisão do trabalho, aliás, a esse respeito, é oportuno enfatizar que a mulher exerceu um papel fundamental na criação da aldeia e da própria cidade, pois há registros nos hieróglifos egípcios que “casa” ou “cidade” podem surgir

como símbolos de mãe, como que a confirmar a função formadora e coletiva da mulher. Falar a respeito do papel da mulher no período de formação da cidade despediria bastante tempo, como não foi proposta deste estudo tematizar esse assunto, ficarei apenas com o que foi dito.

Ao aderir essa concepção de surgimento da cidade, alguns autores, como Robert Park, entendem a cidade não como um amontoado de homens individuais e algumas conveniências sociais, além de ruas, edifícios, luz elétrica etc., mas como um produto da natureza, mais especificamente da natureza humana. O que tento expor desde as primeiras linhas desse estudo, é justamente pautado nessa concepção de que a cidade não é meramente um espaço físico e uma construção artificial, pelo contrário, ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem. Park (1967, p. 29) diz que antes de qualquer coisa a cidade “é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição”.

Esses costumes e tradições são que dão sentido à cidade. E a sua organização formal, edifícios, ruas, monumentos, bairros, e assim por diante, o que normalmente consideramos cidade, parece-nos ser artefato, pois essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios, uma vez que só fazem parte da cidade quando e enquanto se interligam através de costumes e usos, como uma espécie de ferramenta para o homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na sociedade.

Essa concepção de cidade, a partir do uso e de costumes, dá-nos a possibilidade de considerar a descrição da formação da cidade feita por Coulanges (2009, p. 104-105):

A tribo, como a família a fratria, era construída com o objetivo de ser um corpo independente, visto que detinha um culto especial do qual o estranho estava excluído. Uma vez formada, nenhuma outra família podia ser admitida na tribo. Duas tribos não podiam, de maneira alguma, se fundir numa única; sua religião se opunha a isso. Entretanto, do mesmo modo que diversas fratrias se uniam numa tribo, diversas tribos podiam associar-se entre si, sob a condição de que o culto de cada uma delas fosse respeitado. No dia em que essa aliança foi feita, nasceu a cidade.

É possível perceber que um fato foi necessário para a união das tribos e, conseqüentemente, a formação da cidade: a união. Quem sabe a mesma união que faz com que os costumes e tradições permaneçam ao longo do tempo e passem de geração a geração. Ou quem sabe, o seu oposto, a desunião, seja a razão da adoção ou mudança de costumes e tradições. São hipóteses para a reflexão.

### 3 OS ESPAÇOS DA CIDADE: O TEATRO, A PRAÇA, A RUA.

Os espaços citadinos criados pelo homem e para o homem são usados a partir da cultura dos povos. Cada região, dividida em partes (no caso em cidades), usufrui diferentemente de seus espaços, e cada cidade dividida em bairros (no caso, agrupados por zonas) também se beneficiam dos espaços públicos ou privados. Se tomarmos aqui o conceito de cultura, apresentado por Keesing (citado por LARAIA, 1986, p. 59), compreenderemos um pouco melhor essa utilização do espaço por meio da diversidade cultural.

Culturas são sistemas (de padrões de comportamentos socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante.

Percebemos que os usos dos espaços públicos são mediados por fatores que condicionam a sua utilização. Dessa forma, eles não são usados igualmente por todos da sociedade. Isso porque existem “leis” que pré-determinam a utilização desses espaços. Quando Park (1976, p. 32) afirma que,

a verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma **organização moral bem como uma organização física**, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra (...). Por outro lado, essa enorme organização que se erigiu em resposta às necessidades de seus habitantes, uma vez formada, **impõe-se a eles como um fato externo bruto**, e por seu turno os forma de acordo com o projeto e interesses nela incorporados (...) (negrito meu).

Notemos então a rede de relações que determina a utilização dos espaços públicos. Temos uma organização moral e uma organização física que determina (não necessariamente de forma definitiva) as condições que o morador que irá usufruir daquele espaço deve possuir. Mesmo a cidade sendo criada para atender a interesses comuns, os espaços públicos são utilizados de forma diferente e por moradores diferentes. Tomemos como exemplo a praça pública, que pode ser utilizada como um ambiente de lazer, descanso, reflexão, lugar onde relações sociais podem ser criadas, em contrapartida também pode ser lugar de moradia, frio e abandono quando um morador de rua nela habita. Da mesma forma o Teatro, que possui em sua natureza a função acomodar eventos

culturais, como espetáculos teatrais ou musicais, todavia, também pode ser um espaço de revolta, por parte daqueles que não possuem condição financeira de patrocinar tais eventos. Sentem-se, dessa forma, à margem de uma sociedade. Existem, de fato, fatores externos que condicionam a utilização desses espaços de acordo com projetos e interesses dos moradores, como nos apresenta o autor.

E em toda essa relação existe uma política de pertencimento e identificação que acaba por “determinar” os espaços aos moradores. Assim, cada grupo se sente mais confortável em determinado lugar, pois se identifica com o que o espaço lhe oferece, este, por sua vez, possui uma simbologia para cada morador ou grupo. Em contrapartida, outros se sentem deslocados por não sentir o mesmo sentimento de pertencimento, ou seja, a simbologia daquele espaço é outro para esse segundo grupo. Apesar dessas diferenças que o espaço público suscita no cidadão, é interessante perceber que independente do tipo de relação que ele tenha com o espaço, ela existe e é necessária para a condição humana.

Com o intuito de uma exemplificação mais consistente do que foi dito, cito o antropólogo Gilberto Velho (1989, p. 19), que em sua pesquisa de Mestrado, realiza um estudo de antropologia social do Bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. O autor mapeia características relacionadas ao seu surgimento (final do século XIX, quando ela passou a ser habitada sistematicamente) até o ano de 1970. Em relação à sua ocupação, ele afirma que, “o marco de época é, portanto, a inauguração do Túnel Velho, em 6 de julho de 1892, ligando o bairro de Botafogo a Copacabana. Até então era de difícil acesso, havendo a necessidade de transpor, para ali chegar, ladeiras íngremes e tortuosas”. Fato que podemos associar ao surgimento da maioria das cidades brasileiras. Em seguida, “com o século a cidade atingiu grande ritmo de crescimento, passando de grande centro comercial portuário a grande metrópole com expressivas atividades industriais. A cidade assume extensões gigantescas e passa a aglutinar uma série de aglomerados que ficam na periferia”. A partir daí percebemos o grande continente populacional que se deslocou para as mediações do bairro, em busca de um emprego público, como nos relata o antropólogo.

Velho (1989) citou Pereira (1969) ao explicar a necessidade de entender, de uma maneira global, o processo de urbanização brasileira e de inseri-lo no tipo de desenvolvimento capitalista de nossa sociedade, explicando a existência de desequilíbrios regionais e de uma economia satélite. Assim, percebemos que o processo de urbanização é basicamente o mesmo para todas as cidades brasileiras.

Pereira *apud* Velho (1989) caracteriza a urbanização sociopática como o estado disnômico do sistema nacional de produção-distribuição-consumo. O que faz com que a população aspire a um padrão de vida “material” e “não-material” não atendidos pelos setores sociogeográficos capitalistas mais dinâmicos. A urbanização intensifica esse estado disnômico, segundo o autor, de três formas:

Primeiramente o crescimento populacional citadino acentua a dominância da cidade enquanto **centro de difusão de componentes** do estilo de vida urbano, ou seja, fortalece e amplia nas áreas não-citadinas a incorporação de ‘novas necessidades materiais’ insuficientemente atendidas; em segundo lugar, a persistência do relativo ‘**sufocamento**’ da **produção** em amplos setores sociogeográficos, especialmente os agrícolas, não suporta a crescimento populacional citadino, dependente por seu consumo da produção agrícola; por fim, esse aumento populacional urbano **pressiona os setores secundário e terciário**, concentrados nas cidades, porque se realiza mais rapidamente que a expansão dos empregos oferecidos por esses setores (PEREIRA, 1969, p. 61 *apud* VELHO, 1989, p. 20). (negrito meu).

Essas três formas que intensificam o estado disnômico por meio da urbanização: a cidade como centro de difusão de componentes de estilo de vida, a cidade sufocando a produção dos setores, em especial o agrícola, e a cidade (por meio de sua crescente população) pressionando os setores secundários e terciários, desenvolvem a cidade compartimentando-a e delegando espaços de acesso restrito e mais ou menos seguros a alguns, e outros espaços de acesso livre para todos, mas só atende aqueles que predisõem de fatores determinantes como renda e escolaridade, em termos políticos, economia e nível social.

Velho (1978) explica os desequilíbrios e o “inchamento” das cidades, em especial no Rio de Janeiro, como o desencadeador do problema de moradia, o que fez com que surgissem as favelas.

Mas no que tange ao acesso a bens urbanos, isso será um sonho de muitos mas a realidade de poucos. Fato explicado porque a chegada de uma população à cidade não fará, evidentemente, com que tenha acesso a esses bens urbanos, como descreve o antropólogo. Sendo, muitas vezes, aspirações, que talvez nunca sejam concretizadas. Mas somente o fato de estar na cidade representa a participação deles na vida política, econômica e social da mesma. Fato este que não se aplica apenas à população que chega à cidade, mas aos seus próprios moradores naturais. No excerto abaixo, podemos perceber e tentar entender essa questão.

(...) mas as aspirações por padrões de vida “materiais” e “não-materiais”, definidos como constituintes de um “estilo de vida urbano”, não é encerrada, evidentemente, com a chegada à cidade dos indivíduos oriundos dos setores sociogeográficos capitalistas “sufocados”. Uma vez dentro da metrópole vamos encontrar diferentes graus de participação nestes “bens urbanos” (VELHO, 1978, p. 21)

A partir da observação da citação, podemos fechar essa questão, provisoriamente, compreendendo que existe uma linha tênue que separa a população dentro dos limites da cidade, fazendo com que seu acesso a espaços públicos e privados sejam limitados. Compreender a existência dessa questão acredito ser suficiente para a proposta desse artigo. Obviamente que, compreender que padrões são esses, como são definidos e quais os símbolos que indicam a maior ou menor participação do indivíduo é de fundamental importância ao pesquisador das questões sociais no meio urbano, mas trata de uma tarefa que precisa ser investigada especialmente por antropólogos, pois eles conseguirão medir com maior precisão a desigualdade no acesso a esses bens urbanos.

#### **4 O COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO**

O espaço público é uma realidade física. Esse fato nos possibilita perceber a cidade como produtora de condições para a melhoria de vida, no sentido de ela poder oferecer ao homem possibilidades de realização de sonhos pessoais relacionados à formação profissional, conseqüentemente, a ascensão econômica. Ruas, escolas, praças, teatros, museus, hospitais esses espaços públicos conduzirão esse homem cidadão à criação de relações pessoais (sejam elas fraternas ou não) para a tentativa de concretização de seus desejos na cidade.

Quanto à utilização do espaço público cidadão, Velho (1978), durante a sua pesquisa, procura, por meio de entrevistas, cotejar as relações existentes entre a sociedade e a cidade. Ele identificou que, na sociedade brasileira o que está em jogo é a mobilidade social, na qual, dentro do seu material pesquisado, a problemática é a busca pelo prestígio e *status*. E dentro da análise de algumas categorias selecionadas pelo autor, e que foram as mais encontradas, e que reputo significativas, foram o “comércio”, o “divertimento”, a “comodidade” e o “moderno”.

Esse resultado pode ser relacionado à discussão principal que pretendi realizar neste artigo, que é a utilização dos espaços públicos. Quando um dos entrevistados do antropólogo afirma que,

(...) ‘as pessoas querem se divertir, aproveitar a vida’. Vivi mais de trinta anos levando a vida de subúrbio, triste, sem graça. Agora aprendi a me divertir aqui’. ‘No tempo de meus pais não se valorizavam essas coisas, mas ninguém ligava. Mas não vou viver como meus pais nem espero que meus filhos vivam como eu. O que eu sei é que tenho horror de vida de cidade do interior’, etc. (...) (VELHO, 1978, p. 69).

Ele opõe nada mais que a modernidade ao atraso. Que é também localizado, em termos de espaço, os bairros distribuídos nas cidades, mas no caso em questão, ele se refere à Copacabana, como dito anteriormente. Mas o que chama a atenção, e que tem relação direta com o título desse subitem, são os “valores conflitantes”, que acabam definindo o comportamento humano no meio urbano. Nas palavras do autor:

É bom lembrar como descrevi a vida no Estrela, o isolamento das pessoas, o círculo limitado de amizades. As pessoas, de modo geral, falam em “ver” pessoas ao mesmo tempo que em outro nível da entrevista, afirmam não querer se meter com ninguém, que a ‘televisão é minha melhor amiga’ etc. daí mais uma vez a ambiguidade do discurso do universo pesquisado (VELHO, 1978, p. 70).

Parece-me que as categorias “comércio”, “diversão”, “comodidade” e “modernidade” têm representação variada de um indivíduo para o outro. Essa variação pode ser talvez justificada pelo fator econômico que proporcionará o acesso a bens de consumo (fundamentais ou dispensáveis), ao divertimento (relacionadas à ida ao cinema, por exemplo), à comodidade (a cidade que possui uma variedade de estabelecimentos comerciais e facilidade de locomoção) e por fim à modernidade, que acaba resumindo todas as categorias mencionadas.

A relação entre espaços públicos e homens será construída como numa teia, na qual os interesses pessoais se chocarão, produzindo conflitos com alguns e alianças com outros. E nesses encontros e desencontros sociais são formados grupos, criados por interesses mais ou menos comuns. Esses grupos verão a cidade de forma diferente. Assim, um expectador poderá ficar diante dos monumentos como teatro, praça, feira etc., e apreender toda uma simbologia positiva a respeito do lugar; por outro lado, um outro expectador, no mesmo espaço geográfico, poderá ter uma reação totalmente diferente, colocando-se numa distância considerável em termos de representatividade desse espaço, despertando, assim, um valor negativo.

Na investigação etnográfica de Velho (1978), do condomínio residencial Estrela, foi possível identificar algumas ideologias que a imagem da cidade desperta na sociedade, essas ideologias parecem estar presentes não apenas relacionadas à Copacabana, mas

também em várias cidades durante o seu período de crescimento urbano. A imagem da cidade desperta no homem o anseio pelo prestígio e *status*, atributos que dificilmente a zona rural desperta.

O Estrela comprovou que a utopia urbana existe e que o homem busca representar um papel social na cidade. E em muitas ocasiões não importam as condições, sejam elas econômicas ou de salubridade, vividas em um determinado lugar, mas o que esse lugar representa diante da sociedade, o seu *status* social. Por isso o autor enfatizou os inúmeros conflitos existentes no condomínio, como o atrito entre vizinhos, o atraso no pagamento do condomínio com a afixação da lista dos nomes na parede dos elevadores, os números significativos de apartamentos locados, a convivência dos familiares ou amigos nos apartamentos super pequenos e a umidade. Mas nenhum desses fatores impede esse morador de ver o Estrela, em Copacabana, como o melhor lugar para se viver. Para Velho (1978, p. 80) “o mapa da cidade, no caso, passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram”, notamos aí uma nítida hierarquização dos espaços da cidade.

O uso dos espaços públicos e privados parecem não ser utilizados por todos os moradores, pois a sua utilização está condicionada ao fator econômico. E o fato de o morador ter de se desdobrar com atividades paralelas a sua profissão para angariar mais recursos financeiros, não faz com que sobre verba para usufruir de tudo que o lugar oferece, fazendo com que o morador, muitas vezes, não tenha acesso ao comércio, à diversão, à comodidade e à modernidade, motivos pelos quais muitos deles foram atraídos, colocando-se, assim, em par de igualdade com moradores do subúrbio ou áreas mais periféricas, guardando-se as devidas proporções.

#### **4 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa nota de abertura que inicia uma hipótese do resultado de pesquisa deve ser levada em consideração porque não entendo que somente uma visão seja a resposta a todas as problemáticas sociais de urbanização, muito menos que os resultados de uma reflexão devam ser encarados como dogma. Muito pelo contrário, os autores aqui escolhidos nos dão a possibilidade de entender o uso dos espaços públicos sob um ponto de vista: o sociológico.

Meu intuito foi despertar uma reflexão a cerca da cidade como reveladora de alguns aspectos da condição humana, explicando que somos atraídos pela cidade por tudo aquilo que ela pode nos oferecer, isso porque a espécie humana tem a necessidade de viver em sociedade e legitimar uma identidade social, aspectos que a condição econômica e uma formação profissional, bem ou mal, possibilita.

A cidade possui tantas definições quanto for possível se criar, mas precisamos pensar, especialmente, em o que os seus espaços nos oferecem, sem esquecer de que, assim como em tempos remotos, atualmente somos atraídos a viver em agrupamentos, temos uma atração por um prestígio social que muitas vezes diverge de um poder real. Mas da mesma forma, reunimo-nos em determinado lugar, mesmo, muitas vezes, sem contato afetivo algum, mas sob a condição humana de viver em sociedade, é o caso do residencial Estrela e de outros lugares, que atraem as pessoas a um objetivo comum.

É preciso pensar que os espaços públicos como a rua, os bairros, a praia, a própria cidade, por exemplo, são produtos da natureza humana. E sua criação, bem como a utilização, são enraizadas de costumes e tradições que construirá uma representatividade do local, que como já vimos, não será hegemônica.

## REFERÊNCIAS

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: 1986.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARK, Robert. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEBER, Max. *Conceitos e categorias da cidade*. In: WEBER, Max. *Economia e sociedades*. Brasília: editora da UNB, 1999.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.